

### OS PRIMEIROS PASSOS DO GRUPO DE TRABALHO PARA INSTITUCIONALIZAÇÃO DO COMITÊ ESTADUAL DE ATENÇÃO AO MIGRANTE E ENFRENTAMENTO AO TRÁFICO DE PESSOAS DO CEARÁ: RELATO DE EXPERIÊNCIA LOCAL

**Lívia Maria Xerez de Azevedo**

Coordenadora do Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (NETP) e  
Posto Avançado de Atendimento Humanizado ao Migrante (PAAHM) – SEJUS  
E-mail: livia.maria.xerez@gmail.com

#### **Relato de experiência**

A Secretaria de Justiça e Cidadania (SEJUS) é responsável pelo Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (NETP) e Posto Avançado de Atendimento Humanizado ao Migrante (PAAHM), equipamentos com o objetivo de articular políticas de prevenção, atenção às pessoas em situação de tráfico e repressão ao crime no Ceará.

Em 2011, foi instituído o Comitê Estadual Interinstitucional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas<sup>1</sup>, colegiado presidido e secretariado pela SEJUS, que transversalizou o trabalho por meio da sinergia de instituições do poder público e sociedade civil com atuação na temática do tráfico humano, assim, potencializando as ações locais.

A partir de 2013, a Pastoral do Migrante, da Arquidiocese de Fortaleza, passou a trabalhar em sinergia com a rede local, principalmente, com os articuladores do comitê estadual. Além dos atendimentos pontuais aos migrantes vulneráveis e pessoas em situação de tráfico, foram realizadas atividades de disseminação de conhecimento sobre migração, tais sejam, seminários, audiências públicas, palestras e participações em eventos e grupos de pesquisa, principalmente, na Universidade Federal do Ceará (UFC) e Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB).

A demanda migratória no Ceará, alimentada pelo maior número de pessoas movimentando-se em busca de melhores condições de vida e dignidade por meio do trabalho, estudo e solicitação de refúgio, por exemplo, provocou o amadurecimento na rede local da necessidade de um colegiado que, além dos assuntos pertinentes ao tráfico de seres humanos, pudesse contemplar, de maneira mais ampla, a pauta da mobilidade humana local.

---

<sup>1</sup> Instituído pelo Decreto n. 30 682, de 22 de setembro de 2011.

Após articulação da Secretaria da Justiça e Cidadania do Estado do Ceará, Pastoral dos Migrantes e Centro de Defesa dos Direitos Humanos, da Arquidiocese de Fortaleza, em setembro de 2016, foram iniciados os encontros do grupo de trabalho para construir um Comitê Estadual de Atenção aos Migrantes e Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas. Mostrou-se relevante conceber um grupo coeso, com a riqueza da pluralidade e diversidade das instituições do poder público e sociedade civil para pensar o comitê, posteriormente, a ser formalizado por ato do Governador do Ceará.

Foram convidados, ainda, para integrar o grupo inicial representante da UNILAB e do Gabinete do Governador, por meio da Coordenadoria Especial das Políticas Públicas LGBT, da Coordenadoria Especial de Políticas Públicas dos Direitos Humanos e da Coordenadoria Especial de Políticas Públicas para a Igualdade Racial.

O grupo, durante setembro e outubro de 2016, por meio de encontros presenciais e virtuais, analisou a minuta de documento proposta pelas integrantes da Secretaria da Justiça e Cidadania do Estado do Ceará, elaborada a partir de documentos de comitês semelhantes de todo o Brasil. O Instituto Migração e Direitos Humanos (IMDH) também foi convidado a contribuir com a proposta do texto do instrumento normativo.

O produto final do grupo será entregue ao Secretário da Justiça e Cidadania do Estado do Ceará para que possa articular a publicação do documento. Após a institucionalização do colegiado, as instituições planejam momentos de sensibilização/capacitação com a rede local que possam subsidiar a construção de fluxos de trabalho e elaboração da Política de Atenção ao Migrante e Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, bem como o I Plano de Atenção ao Migrante e Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas.